



AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Prova Escrita Discursiva - Nível Superior Tipo 1-BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de textos definitivos destinada às respostas das questões discursivas



TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

3

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- A folha de textos definitivos não poderá ser assinada ou rubricada nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso
- O preenchimento das respostas da prova discursiva é de sua inteira responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, somente será considerado o texto transcrito para a folha de textos definitivos. Os espaços para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

DISCURSIVAS

1

Servidores públicos de três categorias, a saber, professores, policiais civis e policiais militares do Estado Alfa decidiram entrar em greve a partir do dia primeiro do próximo mês. Alegam os agentes públicos sucateamento de suas respectivas carreiras (por falta de condições materiais e de pessoal adequadas para exercício de suas funções legais) e defasagem de seus vencimentos, que não são objeto de recomposição da inflação há cinco anos, de maneira que a norma constitucional que assegura a revisão geral anual de suas remunerações vem sendo inobservada pelo Estado Alfa.

Diante da situação hipotética narrada, com base na legislação sobre a matéria e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, elabore um texto dissertativo, abordando os seguintes pontos:

1. A Constituição da República de 1988 e a legislação infraconstitucional preveem o direito de greve ao servidor público de forma geral? No caso concreto, os servidores das três categorias mencionadas podem exercer o direito de greve?
2. Se houver greve, a Administração Pública do Estado Alfa deve proceder ao desconto dos dias de paralisação? Seria permitida a compensação pelos dias não trabalhados em caso de acordo?
3. É obrigatória a participação do poder público em mediação no caso concreto em relação aos policiais civis e militares?
4. O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do Art. 37 da CRFB/1988, gera direito subjetivo à indenização?
5. O Poder Judiciário possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos? E para fixar diretamente o respectivo índice de correção?

Máximo de 30 linhas

Valor da questão: 15 pontos

2

O Chefe do Poder Executivo do Município Alfa encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Câmara Municipal. Nesse projeto, era estimada a receita para o próximo exercício financeiro levando-se em consideração operação de crédito a ser realizada, sendo almejada a autorização para a sua contratação. O Poder Executivo ainda era autorizado a abrir crédito adicional, com os recursos a serem obtidos na referida operação, para o reforço das dotações orçamentárias indicadas.

Na justificativa que acompanhava o projeto, a operação de crédito era justificada pela necessidade, em primeiro lugar, de ser mantido o pagamento pelo fornecimento de diversos materiais de escritório de uso contínuo. Afinal, a sua ausência poderia inviabilizar a atividade administrativa. Em segundo lugar, cerca de 60% desses recursos seriam utilizados para a conclusão de obras que estavam paralisadas em razão da sensível diminuição da arrecadação tributária, o que ensejava o risco de deterioração.

Portanto, foram perfeitamente indicadas as duas espécies de despesas que seriam satisfeitas com as receitas a serem obtidas com a operação de crédito.

O projeto veio a ser aprovado pelo voto da maioria simples dos vereadores, sendo convertido em lei.

Com isso, foi realizada a operação de crédito e, por decreto do Prefeito Municipal, as respectivas receitas foram direcionadas à realização das despesas indicadas.

Analisar a compatibilidade com a ordem constitucional, sob a perspectiva formal e material, da parte da lei orçamentária descrita na narrativa, que embasou a atuação do Prefeito Municipal.

Máximo de 30 linhas

Valor da questão: 15 pontos

Folha de rascunho

Rascunho para a 1ª questão (30 linhas).

1

5

10

15

20

25

30

Rascunho para a 2ª questão (30 linhas).

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

